



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIME Nº 304884-8
2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PAULISTA
APELANTE: DIOGO HENRIQUE DOS SANTOS
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

**EMENTA PENAL – PROCESSUAL PENAL –
APELAÇÃO CRIMINAL. Preliminar de
prescrição da pretensão punitiva.
Ocorrência. Fluência do prazo entre o
recebimento da denúncia e a publicação
da sentença condenatória. Punibilidade
Extinta. Preliminar acolhida. Análise do
mérito prejudicada. Decisão unânime.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação crime nº 0304884-8, em que figura, como apelante **DIOGO HENRIQUE DOS SANTOS** e como apelado o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão, por unanimidade de votos, em acolher a preliminar arguida pela ocorrência da prescrição da pretensão retroativa; restando prejudicado o mérito, tudo consoante relatório e voto anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIME Nº 304884-8
2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PAULISTA
APELANTE: DIOGO HENRIQUE DOS SANTOS
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **DIOGO HENRIQUE DOS SANTOS** insurgindo-se contra a sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista (fls. 188/196), que o condenou à pena de **02 (dois) anos e 8 (oito) meses de detenção, substituída por duas restritivas de direito – prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade, além de proibição para obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor** - em virtude da prática do delito previsto no art. 302, parágrafo único, inciso III, da Lei n. 9.503/97 (homicídio culposo sem prestação de socorro à vítima).

Narra a denúncia que o apelante (fl. 02/05):

"(...) no dia 08 de maio de 2005, por volta das 19h e 30 min., na PE-15, nas proximidades do Hospital Unidade Mista de Torres Galvão, Paulista, o ora denunciado provocou a morte de Clinton dos Santos Brandão, consoante perícia tanatoscópica de fl. 39, e as lesões contusas em Maurício Francisco da Silva, através de conduta imprudente, quando estava na direção de um veículo marca Suzuki Swift Ht, de placa KFD 6379 – que trafegava na estrada supracitada – e atropelou as vítimas retrocitadas, que, na ocasião, estavam trocando o pneu do veículo que pertencia à segunda vítima, estacionado à margem direita do acostamento."

Irresignado, o apelante apresenta as suas razões (fls. 220/224) pugnando, como preliminar, pelo reconhecimento da prescrição intercorrente retroativa e, conseqüentemente, para que seja decretada a extinção da punibilidade.

304884-8
196/30



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

No mérito, aduz que nos autos não restou suficientemente comprovado que o acusado tenha agido com culpa para a consumação do fato, devendo a sentença ser reformada, no sentido de absolver o acusado.

Ofertadas as contrarrazões, o Ministério Público defende, preliminarmente, que seja declarada extinta a punibilidade do acusado pela prescrição e no mérito que não seja provido o apelo, mantendo-se a sentença atacada na íntegra (fls. 234/237).

Por fim, a Procuradoria de Justiça opinou pelo acolhimento da preliminar, para que seja declarada a extinção da punibilidade do apelante, ficando prejudicado, consequentemente, a apreciação do mérito recursal (fls. 240/241).

Recife, 09 de setembro de 2012.



Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIME Nº 304884-8
2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PAULISTA
APELANTE: DIOGO HENRIQUE DOS SANTOS
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

VOTO

Conforme o exposto no relatório, o apelante se insurge contra a sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista, que o condenou à pena de **02 (dois) anos e 8 (oito) meses de detenção, substituída por duas restritivas de direito – prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade, além de proibição para obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor** - em virtude da prática do delito previsto no art. 302, parágrafo único, inciso III, da Lei n. 9.503/97 (homicídio culposo sem prestação de socorro à vítima – Lei de Trânsito).

- DA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

Compulsando os autos, de fato, verifica-se a ocorrência da prescrição retroativa da pretensão punitiva do Estado, em relação ao crime atribuído contra o apelante.

De acordo com o Art. 110 §1º do CP, a prescrição depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação regula-se pela pena aplicada em concreto.

Com efeito, o apelante foi condenado à pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de detenção. Deste modo, nos termos do artigo 109, VI do CP, a prescrição passaria a 08 (oito) anos.

Entretanto, percebe-se que o apelante à época do crime, era menor de 21 (vinte e um) anos (fl. 32) e, consoante o dispositivo do art. 115 do Código Penal, a prescrição é reduzida à metade, ou seja, a 04 (quatro) anos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

No processo em epígrafe, verifico ter transcorrido lapso temporal superior ao prazo prescricional, pois, entre a data do recebimento da denúncia, 21/11/2005 (fl. 62) e a data da publicação da sentença condenatória, 10/09/2010 (fl. 200), verifica-se que se passaram mais de 04 (quatro) anos, ultrapassando o decurso de tempo previsto no art. 109, inciso VI c/c com o art. 115, todos do Código Penal Brasileiro.

Pelo exposto, reconheço preliminarmente a prescrição da pretensão punitiva do Estado (artigo 109, VI do CP c/c art. 115), em concordância com o entendimento ministerial. Assim, declaro extinta a punibilidade de **DIOGO HENRIQUE DOS SANTOS**.

Recife,


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator